

# Encaminhamentos Maliciosos, Disputas de Guarda e Envolvimento Policial no Sistema Canadense de Assistência Social para menores: Tabelas de Dados do Estudo Canadense de Incidência de Abuso e Negligência Infantil Relatados em 2008

Traduzido da publicação original em Inglês. O Departamento de Justiça do Canadá foi avisado sobre a tradução, porém não foi envolvida com nela.

Encaminhamentos Maliciosos, Disputas de guarda e Envolvimento Policial no Sistema Canadense de assistência social para menores:  
Tabelas de Dados do Estudo Canadense de Incidência de Abuso e Negligência Infantil Relatados em 2008

Preparada por:

*Barbara Fallon, Rachael Lefebvre, Meghan Seto, e Melissa Van Wert*

Apresentado a:

Seção de Família, Crianças e Jovens do Departamento de Justiça do Canadá

As opiniões expressas neste relatório são do autor e não representam necessariamente as opiniões do Departamento de Justiça do Canadá.

© Barbara Fallon, Rachael Lefebvre, Meghan Seto, e Melissa Van Wert, 2013

Esta publicação pode ser reproduzida parcial ou integralmente, e por qualquer meio, sem custo ou permissão adicional dos autores, desde que: a devida diligência seja exercida para garantir a precisão dos materiais reproduzidos, que os autores sejam identificados como a fonte da publicação e que a reprodução não seja representada como uma versão oficial da publicação original.

Também publicado em francês sob o título:

*Signalements malveillants, conflits portant sur la garde d'enfants et interventions de la police dans le système canadien de protection de l'enfance : les tableaux de données de l'Étude canadienne sur l'incidence des signalements de cas de violence et de négligence envers les enfants 2008*

© Sua Majestade a Rainha em Direito do Canadá, representada pelo Ministro da Justiça e Procurador-Geral do Canadá, 2013, na tradução para o francês.

*A versão em francês da publicação pode ser reproduzida parcial ou integralmente, e por qualquer meio, sem custo ou permissão adicional do Departamento de Justiça, desde que a devida diligência seja exercida para garantir a precisão dos materiais reproduzidos; que o Departamento seja identificado como a fonte da publicação e que a reprodução não seja representada como uma versão oficial da publicação original.*

ISBN 978-1-100-22729-0

Cat. No. J4-21/2013E-PDF

# Encaminhamentos Maliciosos, Disputas de Guarda e Envolvimento Policial no Sistema Canadense de assistência social a menores: Tabelas de Dados do Estudo Canadense de Incidência de Abuso e Negligência Infantil Relatados de 2008

Barbara Fallon, Rachael Lefebvre, Meghan Seto, e Melissa Van Wert

## **Introdução**

*Este relatório apresenta informações sobre encaminhamentos maliciosos para agências de assistência à infância no Canadá, utilizando dados do Estudo Canadense de Incidência de Abuso e Negligência Infantil Relatados (CIS-2008) de 2008. O CIS-2008 é o terceiro estudo nacional a examinar a incidência de abuso e negligência infantil relatados no Canadá (Trocmé et al., 2010b). O objetivo principal do CIS-2008 era fornecer estimativas confiáveis do escopo e das características do abuso e negligência infantil investigados por organizações de assistência à infância no Canadá em 2008 (Trocmé et al., 2010a).*

*A literatura publicada que examina a incidência e a prevalência de falsas alegações em investigações de bem-estar infantil é limitada. Grande parte da pesquisa foi conduzida na década de 1990 e se concentra principalmente em falsas alegações de abuso sexual no contexto de disputas de guarda/visita (Corwin, Berliner, Goodman e Goodwin, 1987; Coulborn, 1991; Elterman e Ehrenberg, 1991; Faller e DeVoe, 1995; Green, 1991; Theoennes e Tjaden, 1990; Wakefield e Underwager, 1990). No Estudo Canadense de Incidência de Abuso e Negligência Infantil Relatados de 1998 (CIS-1998), 4% das investigações foram consideradas como tendo sido desencadeadas por alegações intencionalmente falsas de abuso ou negligência infantil*

*(Trocmé e Bala, 2005). Aproximadamente 2% dos relatos de pais com a guarda foram classificados como intencionalmente falsos (Trocmé e Bala, 2005). Vinte e cinco por cento dos relatos de fontes anônimas e 15% dos relatos de pais sem a guarda dos filhos foram classificados como relatos intencionalmente falsos (Trocmé & Bala, 2005).*

## **Metodologia**

*O CIS-2008 utilizou um delineamento amostral em múltiplos estágios para selecionar uma amostra representativa de 112 agências de assistência social à criança no Canadá e, em seguida, selecionar uma amostra de casos dentro dessas agências. As informações foram coletadas diretamente de agentes de proteção à criança em uma amostra representativa de 15.980 investigações de proteção à criança conduzidas durante um período de amostragem de três meses no outono de 2008. Essas investigações de proteção à criança envolveram crianças de zero a 15 anos. Há variação provincial/territorial nas idades atendidas pelas autoridades de assistência social à criança. A menor faixa etária comum para serviços de assistência social à criança em todo o Canadá é de zero a 15 anos e, portanto, utilizamos essa faixa ao apresentar os resultados. Cada tabela nesta análise, com exceção da Tabela 7 (envolvimento da Lei de Justiça*

*Criminal Juvenil)<sup>a</sup>, inclui investigações envolvendo crianças de zero a 15 anos. Os dados coletados para o CIS-2008 foram ponderados para derivar estimativas nacionais de incidência anual, primeiro aplicando um peso de regionalização composto e depois aplicando um peso de anualização.*

*Devido a mudanças nos mandatos e práticas de investigação nos últimos 10 anos, o CIS-2008 difere dos ciclos anteriores, pois rastreia tanto investigações de risco quanto investigações de maus-tratos. Investigações de risco foram aquelas em que não houve suspeita ou alegação de ocorrência de um incidente específico de maus-tratos, mas sim uma constelação de fatores que levam à preocupação de que uma criança possa ser maltratada no futuro (por exemplo, cuidador com problemas de abuso de substâncias). Certas informações não estão disponíveis para investigações de risco e, portanto, a presente análise inclui apenas investigações de risco na Tabela 5 (disputa pela guarda de criança) e na Tabela 7 (envolvimento na Lei de Justiça Criminal Juvenil). Informações sobre encaminhamentos maliciosos não foram coletadas para investigações de risco.*

<sup>a</sup> A Lei de Justiça Criminal Juvenil aplica-se a jovens de 12 a 17 anos no Canadá. Como o CIS-2008 não possui informações nacionais sobre jovens com 16 anos ou mais, apenas jovens de 12 a 15 anos são examinados na Tabela 7.

Para investigações de maus-tratos, foram coletadas informações sobre a principal forma de maus-tratos investigada, bem como o nível de comprovação para tal maus-tratos. Trinta e duas formas de maus-tratos foram listadas no instrumento de coleta de dados, e estas foram agrupadas em cinco categorias amplas: abuso físico (por exemplo, bater com a mão), abuso sexual (por exemplo, exploração), negligência (por exemplo, negligência educacional), maus-tratos emocionais (por exemplo, abuso verbal ou menosprezo) e exposição à violência do parceiro íntimo (por exemplo, testemunha

direta de violência física). Os trabalhadores listaram a principal preocupação para a investigação e também poderiam listar preocupações secundárias e terciárias.

Para cada forma de maus-tratos listada, os trabalhadores atribuíram um nível de comprovação. Os maus-tratos podiam ser comprovados (ou seja, o conjunto de evidências indicava que os maus-tratos haviam ocorrido), suspeitos (ou seja, os maus-tratos não podiam ser confirmados ou descartados) ou infundados (ou seja, o conjunto de evidências indicava que os maus-tratos não

havam ocorrido). Uma apresentação detalhada da metodologia do estudo e das definições das variáveis está disponível em [www.cwrp.ca/sites/default/files/publications/en/CIS-2008\\_StudyMethod\\_s.pdf](http://www.cwrp.ca/sites/default/files/publications/en/CIS-2008_StudyMethod_s.pdf). Consulte a Tabela 1 para obter uma descrição das variáveis específicas utilizadas nesta análise.

## Resultados

Em 2008, foram realizadas no Canadá cerca de 235.842 investigações relacionadas com maus-tratos a crianças (174.411 casos de maus-tratos a crianças).

**Tabela 1. Definições de variáveis**

Variável	Definição
Tipo de investigação	Investigações relacionadas a maus-tratos incluem investigações de maus-tratos (ou seja, um incidente de maus-tratos foi alegado) e investigações somente de risco (ou seja, nenhum incidente específico de maus-tratos foi alegado, mas a preocupação é o risco de maus-tratos futuros).
Categoria de maus-tratos	Os trabalhadores conseguiram identificar até três formas de maus-tratos investigados a partir de uma lista de 32 códigos. Esses 32 códigos foram agrupados em cinco tipos principais de maus-tratos: <b>abuso físico</b> (ou seja, sacudir, empurrar, agarrar ou arremessar; bater com a mão; socar, chutar ou morder; bater com objeto; asfixia, envenenamento, esfaqueamento; outro abuso físico), <b>abuso sexual</b> (ou seja, penetração; tentativa de penetração; sexo oral; carícias; conversas ou imagens de sexo; voyeurismo; exibicionismo; exploração; outro abuso sexual), <b>negligência</b> (ou seja, falha em supervisionar, dano físico; falha em supervisionar, dano sexual; permissão de comportamento criminoso; negligência médica, incluindo odontológica; falha em fornecer tratamento psiquiátrico; negligência educacional), <b>maus-tratos emocionais</b> (ou seja, aterrorizar ou ameaçar violência; abuso verbal ou menosprezar; isolamento/confinamento; cuidado ou afeição inadequados; comportamento explorador ou corruptor) e <b>exposição à violência do parceiro íntimo</b> (ou seja, testemunha direta de violência física; exposição indireta à violência física; exposição à violência emocional; exposição à violência física de terceiros).
Comprovação	Para cada forma de maus-tratos, os trabalhadores indicaram o nível de comprovação da investigação: infundada (o equilíbrio de evidências implicava que os maus-tratos não ocorreram); suspeita (não havia evidências suficientes para confirmar que os maus-tratos haviam ocorrido, mas os maus-tratos não podiam ser descartados); ou comprovada (o equilíbrio de evidências implicava que os maus-tratos ocorreram).
Relatório Malicioso	Os trabalhadores identificaram se o caso foi relatado intencionalmente, mesmo sabendo que a alegação era infundada. Isso pode se aplicar a relacionamentos conflitantes (por exemplo, disputa de custódia entre pais, desentendimentos entre parentes, disputas entre vizinhos).
Fonte de referência	Os trabalhadores foram solicitados a identificar todas as fontes de encaminhamento aplicáveis a cada caso. Cada contato separado e independente com a agência de bem-estar infantil foi preenchido. Portanto, mais de uma resposta seria preenchida se houvesse mais de uma fonte de encaminhamento durante a investigação. As opções de resposta incluíam: pai/mãe com guarda, pai/mãe sem guarda, criança (sujeito do encaminhamento), parente, vizinho/amigo, assistente social, serviço de crise/abrigo, centro comunitário/recreativo, hospital, enfermeiro de saúde comunitário, médico comunitário, profissional de saúde mental comunitário, escola, outro serviço de bem-estar infantil, creche, polícia, agência comunitária, anônimo, outro. Em Quebec, informações sobre certas categorias de fontes de encaminhamento não estavam disponíveis devido a diferenças nos procedimentos de coleta de dados. Portanto, as tabelas neste relatório que apresentam informações sobre a fonte de encaminhamento usam as seguintes categorias: pai/mãe com guarda/pai sem guarda, criança (sujeito do encaminhamento), parente, vizinho/amigo, encaminhamento profissional, anônimo, outro.
Disputa pela custódia de filhos	Os trabalhadores especificaram se havia uma disputa em andamento sobre a custódia/visita à criança no momento da investigação. O pedido judicial poderia ter sido feito ou estar pendente.
Envolvimento da Polícia em Investigação de Maus-Tratos Infantis	Os trabalhadores indicaram o nível de envolvimento policial na atual investigação de maus-tratos infantis (nenhum, apenas investigação, acusações sendo consideradas, acusações apresentadas, desconhecidas e não aplicável).
Envolvimento da polícia em investigações de violência doméstica	Os trabalhadores indicaram o nível de envolvimento policial específico para uma investigação de violência doméstica (nenhum, apenas investigação, acusação sendo considerada, acusações feitas, desconhecido e N/A).
Envolvimento da Lei de Justiça Criminal Juvenil	Os trabalhadores foram solicitados a informar se a criança acusada havia sido acusada, encarcerada ou envolvida em medidas alternativas no Sistema de Justiça Juvenil.

investigações e 61.431 investigações somente de risco). Informações sobre encaminhamentos maliciosos foram coletadas em cerca de 170.710 investigações de maus-tratos infantis. Como mencionado anteriormente, informações sobre encaminhamentos maliciosos não foram coletadas para investigações somente de risco. Conforme mostrado na Tabela 2, das 170.710 investigações de maus-tratos infantis, apenas 9.369 investigações (6%) foram resultado de um encaminhamento malicioso. A Tabela 3 descreve os relatos maliciosos de maus-tratos em investigações de maus-tratos infantis por categoria primária de maus-tratos investigados. Onze por cento (n = 1.683) das investigações de maus-tratos emocionais foram resultado de um encaminhamento malicioso, em comparação com 7% (n = 4.050) das investigações de negligência, 6% das investigações de abuso físico e sexual (n = 2.434 e n = 549, respectivamente) e apenas 2% das investigações de exposição a violência por parceiro íntimo (VPI) (n = 653).

Relatos maliciosos de maus-tratos são documentados por fonte de encaminhamento para

investigações de maus-tratos infantis na Tabela 4. Vinte e três por cento das investigações de maus-tratos infantis nas quais a fonte de encaminhamento permaneceu anônima foram consideradas encaminhamentos maliciosos (n = 2.119). Aproximadamente 12% das investigações de maus-tratos infantis encaminhadas a uma agência de proteção à criança por um pai/mãe com ou sem guarda foram consideradas encaminhamentos maliciosos (n = 2.129). Em 16% dos encaminhamentos por um vizinho ou amigo (n = 2.184) e 10% dos encaminhamentos por um parente (n = 1.216), o encaminhamento foi considerado malicioso. Entre as outras categorias de fonte de encaminhamento, os encaminhamentos maliciosos foram menos prováveis de ocorrer. A Tabela 5 apresenta o número de investigações

relacionadas a maus-tratos infantis (ou seja, investigações de maus-tratos e investigações de risco) que constatarem uma disputa pela guarda/visita da criança. No geral, 13% das investigações relacionadas a maus-tratos constatarem uma disputa pela guarda/visita da criança. Houve pouca diferença entre as investigações de maus-tratos e as investigações de risco em termos de disputas pela guarda/visita da criança. Das estimadas 174.370 investigações de maus-tratos infantis nas quais foram obtidas informações sobre disputas pela guarda da criança, o trabalhador observou que houve uma disputa em 21.686 investigações

**Tabela 2. Comprovação e relatos maliciosos de maus-tratos em investigações de maus-tratos infantis no Canadá em 2008\***

<b>Comprovação e Relatórios Maliciosos</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Maus-tratos comprovados	85,440	50
Suspected maltreatment	17,918	10
Maus-tratos infundados, denúncia não maliciosa	46,429	27
Maus-tratos infundados, denúncia maliciosa	9,369	6
Maus-tratos infundados, intenção maliciosa desconhecida	11,554	7
Subtotal: unfounded maltreatment	67,352	40
Total	170,710	100

\* Com base em uma amostra de 11.404 investigações de maus-tratos infantis com informações sobre encaminhamentos maliciosos. As porcentagens são porcentagens em colunas.

**Tabela 3. Comprovação e relatos maliciosos de maus-tratos em investigações de maus-tratos infantis por categoria primária de maus-tratos investigados no Canadá em 2008\***

	<b>Categoria primária de maus-tratos</b>											
	<b>Abuso físico</b>		<b>Abuso sexual</b>		<b>Negligência</b>		<b>Maus-tratos emocionais</b>		<b>Exposição à VPI</b>		<b>Total</b>	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Maus-tratos comprovados	17,212	40	2,607	27	28,939	47	7,423	48	29,259	72	85,440	50
Suspeita de maus-tratos	3,593	8	1,452	15	5,529	9	2,973	19	4,371	11	17,918	10
Maus-tratos infundados, denúncia não maliciosa	17,599	40	3,563	38	16,757	27	2,533	16	5,977	15	46,429	27
Maus-tratos infundados, denúncia maliciosa	2,434	6	549	6	4,050	7	1,683	11	653	2	9,369	5
Maus-tratos infundados, intenção maliciosa desconhecida	2,669	6	1,313	14	6,179	10	792	5	601	1	11,554	7
Total	43,507	100	9,484	100	61,454	100	15,404	100	40,861	100	170,710	100

\* Com base em uma amostra de 11.404 investigações de maus-tratos infantis com informações sobre encaminhamentos maliciosos. As porcentagens são porcentagens em colunas e podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

# Número de investigações

(12%). Das estimadas 61.387 investigações de risco nas quais foram obtidas informações sobre disputas pela guarda da criança, o trabalhador observou que houve uma disputa em 7.532 investigações (12%).

A Tabela 6 descreve relatos maliciosos de maus-tratos em investigações de maus-tratos infantis entre casos envolvendo disputa de guarda/visita de criança. Um encaminhamento malicioso foi feito em 10% (n = 2.160) das investigações envolvendo disputa de guarda/visita de criança. Dessas 2.160 investigações de maus-tratos infantis envolvendo disputa de guarda/visita de criança e encaminhamento malicioso, 1.422, ou 65% dessas investigações, foram encaminhadas por um genitor com ou sem guarda (não é possível distinguir entre genitores com e sem guarda na amostra nacional).

A Tabela 7 mostra o envolvimento da Lei de Justiça Criminal Juvenil (YCJA) observado em investigações

relacionadas a maus-tratos infantis (ou seja, investigações de maus-tratos e apenas de risco) envolvendo jovens de 12 a 15 anos. No geral, 6% de todas as investigações relacionadas a maus-tratos envolvendo jovens de 12 a 15 anos confirmaram o envolvimento da YCJA. As investigações de risco tiveram probabilidade quase igual de confirmar o envolvimento da YCJA (7%, ou n = 1.013) em comparação às investigações de maus-tratos (6%, ou n = 2.594). A Tabela 8 examina o nível de envolvimento da polícia em investigações de maus-tratos a crianças e a presença de disputas de guarda/visita. A maioria das investigações de maus-tratos não contou com envolvimento da polícia (86% no total). Houve pouca diferença no envolvimento da polícia entre as investigações que registraram e as que não registraram disputas de guarda/visita.

A Tabela 9 examina o envolvimento policial em investigações nas quais a

exposição à VPI foi listada como preocupação primária, secundária ou terciária (excluindo investigações envolvendo exposição à violência física por parte de terceiros). Isso se refere ao envolvimento policial em uma investigação de violência doméstica contra adultos. Denúncias foram apresentadas em 36% e consideradas em 4% das 50.304 investigações. Houve investigação policial em apenas 25% dessas investigações. Aproximadamente um terço dessas investigações não teve envolvimento policial (34%, ou n = 16.950).

Da mesma forma, a Tabela 10 examina o envolvimento policial em investigações nas quais a exposição à VPI foi listada como preocupação primária, secundária ou terciária (excluindo investigações envolvendo exposição à violência física não conjugal). Novamente, isso se refere ao envolvimento policial em uma investigação de violência doméstica adulta.

**Tabela 4. Comprovação e relatos maliciosos de maus-tratos em investigações de maus-tratos infantis por fonte de encaminhamento no Canadá em 2008\***

	Fonte de referência															
	Pai/Mãe com guarda/sem guarda†		Criança (Sujeito de Encaminhamento)		Parente		Vizinho / Amigo		Indicação Profissional		Anônimo		Outro		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Maus-tratos comprovados	7,682	44	1,074	41	6,123	50	4,324	33	64,869	55	2,019	22	3,148	57	85,440	50
Suspeita de maus-tratos	1,972	11	407	15	1,438	12	1,287	10	11,868	10	948	10	884	16	17,918	10
Maus-tratos infundados, denúncia não maliciosa	3,479	20	817	31	2,284	19	3,202	24	35,463	30	1,444	16	887	16	46,429	27
Maus-tratos infundados, intenção maliciosa desconhecida	2,129	12	-	-	1,216	10	2,184	16	1,634	1	2,119	23	294	5	9,369	5
<b>Total</b>	<b>17,444</b>	<b>100</b>	<b>2,638</b>	<b>100</b>	<b>12,314</b>	<b>100</b>	<b>13,283</b>	<b>100</b>	<b>117,039</b>	<b>100</b>	<b>9,080</b>	<b>100</b>	<b>5,534</b>	<b>100</b>	<b>170,710</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 11.404 investigações de maus-tratos infantis com informações sobre encaminhamentos maliciosos. As linhas não são aditivas, pois uma investigação pode ter tido mais de uma fonte de encaminhamento. As porcentagens são porcentagens de coluna e podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

# Número de investigações

† As categorias de pais com e sem a guarda não puderam ser separadas, pois essa informação não estava disponível em Quebec.

— Estimativas de menos de 100 investigações não são mostradas, mas estão incluídas no total.

**Tabela 5. Investigações relacionadas a maus-tratos infantis envolvendo famílias que também estão envolvidas em disputas pela guarda de crianças no Canadá em 2008\***

	Tipo de investigação					
	Maus-tratos		Risco		Total	
Disputa pela guarda de filhos	#	%	#	%	#	%
Não	149,077	86	52,372	85	201,449	85
Sim	21,686	12	7,532	12	29,218	13
Desconhecida	3,607	2	1,483	2	5,090	2
<b>Total</b>	<b>174,370</b>	<b>100</b>	<b>61,387</b>	<b>100</b>	<b>235,757</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 15.969 investigações relacionadas a maus-tratos infantis (ou seja, apenas maus-tratos e risco), com informações sobre disputas pela guarda de crianças. As porcentagens são porcentagens em colunas e podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

# Número de investigações

**Tabela 6. Comprovação e relatos maliciosos de maus-tratos em investigações de maus-tratos infantis por casos envolvendo disputa de guarda de criança no Canadá em 2008\***

	Disputa de guarda							
	Não		Sim		Desconhecida		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Maus-tratos comprovados	73,552	50	10,293	49	1,574	44	85,419	50
Suspeita de maus-tratos	15,051	10	2,387	11	476	13	17,914	10
Maus-tratos infundados, denúncia não maliciosa	41,794	29	3,748	18	889	25	46,431	27
Maus-tratos infundados, denúncia maliciosa	7,036	5	2,160	10	158	4	9,354	5
Maus-tratos infundados, intenção maliciosa desconhecida	8,458	6	2,621	12	475	13	11,554	7
<b>Total</b>	<b>145,891</b>	<b>100</b>	<b>21,209</b>	<b>100</b>	<b>3,572</b>	<b>100</b>	<b>170,672</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 11.400 investigações de maus-tratos infantis, com informações sobre encaminhamentos maliciosos e disputas pela custódia de crianças. As porcentagens são expressas em colunas e podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

# Número de investigações

**Tabela 7. Envolvimento da Lei de Justiça Criminal Juvenil em investigações envolvendo crianças de 12 a 15 anos no Canadá em 2008\***

	Tipo de investigação					
	Maus-tratos		Risco		Total	
Envolvimento da lei de justiça criminal juvenil	#	%	#	%	#	%
Não	38,645	87	11,939	83	50,584	86
Suspeito	734	2	218	2	952	2
Confirmado	2,594	6	1,013	7	3,607	6
Desconhecido	2,209	5	1,288	9	3,497	6
<b>Total</b>	<b>44,182</b>	<b>100</b>	<b>14,458</b>	<b>100</b>	<b>58,640</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 3.908 investigações relacionadas a maus-tratos infantis envolvendo jovens de 12 a 15 anos, com informações sobre o envolvimento da Lei de Justiça Criminal Juvenil. As porcentagens são apresentadas em colunas e podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

# Número de investigações

**Tabela 8. Envolvimento da polícia em investigação de maus-tratos infantis por disputa de guarda de criança no Canadá em 2008\***

	Disputa de guarda							
	Não		Sim		Desconhecida		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Envolvimento da Polícia								
Nenhum	129,871	87	17,789	82	2,986	83	150,646	86
Somente investigação policial	12,995	9	3,059	14	415	12	16,505	9
Acusações policiais consideradas	2,311	2	339	2	115	3	2,765	2
Acusações policiais apresentadas	3,900	3	499	2	-	-	4,454	3
<b>Total</b>	<b>149,077</b>	<b>100</b>	<b>21,686</b>	<b>100</b>	<b>3,607</b>	<b>100</b>	<b>174,370</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 11.803 investigações de maus-tratos infantis com informações sobre disputas de custódia de crianças. As porcentagens são apresentadas em colunas e podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

- Estimativas de menos de 100 investigações não são mostradas, mas estão incluídas no total.

# Número de investigações

**Tabela 9. Envolvimento da polícia em investigações de violência doméstica em adultos, onde a exposição à violência do parceiro íntimo foi uma forma primária, secundária ou terciária de maus-tratos investigados no Canadá em 2008\***

Envolvimento da Polícia	#	%
Nenhum	16,950	34
Somente investigação	12,629	25
acusações sendo consideradas	2,094	4
Acusações feitas	18,010	36
Desconhecido	621	1
<b>Total</b>	<b>50,304</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 3.372 investigações de maus-tratos infantis, nas quais a exposição à violência por parceiro íntimo foi uma forma primária, secundária ou terciária de maus-tratos investigada. As porcentagens são porcentagens em colunas.

\* A análise não inclui investigações de exposição à violência física em terceiros.

# Número de investigações

**10. Envolvimento da polícia em investigação de violência doméstica adulta por disputa de custódia de criança no Canadá em 2008\***

Envolvimento da Polícia	Disputa de guarda							
	Não		Sim		Desconhecida		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Nenhum	13,685	33	3,018	41	236	28	16,939	34
Somente investigação policial	10,774	26	1,744	24	111	13	12,629	25
Acusações policiais consideradas	1,583	4	405	5	106	13	2,094	4
Acusações policiais apresentadas	15,607	37	2,049	28	355	42	18,011	36
Desconhecido	393	1	191	3	-	-	622	1
<b>Total</b>	<b>42,042</b>	<b>100</b>	<b>7,407</b>	<b>100</b>	<b>846</b>	<b>100</b>	<b>50,295</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 3.371 investigações de maus-tratos infantis, nas quais a exposição à violência por parceiro íntimo foi uma forma primária, secundária ou terciária de maus-tratos investigada, com informações sobre disputas pela guarda de crianças. As porcentagens são percentuais em colunas e podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

\* A análise não inclui investigações de exposição à violência física em terceiros.

- Estimativas de menos de 100 investigações não são mostradas, mas estão incluídas no total.

**Tabela 11. Envolvimento da polícia em investigação de maus-tratos onde o abuso físico foi a única forma de maus-tratos investigada e comprovada e o agressor era um cuidador no Canadá em 2008\***

Envolvimento da Polícia	#	%
Nenhum	5,591	71
Somente investigação	1,426	18
acusações sendo consideradas	320	4
Acusações feitas	567	7
<b>Total</b>	<b>7,903</b>	<b>100</b>

\* Com base em uma amostra de 531 investigações de maus-tratos infantis, nas quais o abuso físico foi a única forma de maus-tratos investigada e comprovada, e o agressor era um cuidador. As porcentagens são porcentagens em colunas.

# Número de investigações

Disputas de guarda/visita são examinadas nessas investigações. Acusações policiais foram apresentadas em 37% das investigações (n = 15.607) sem nenhuma disputa de guarda/visita de criança registrada, e em 28% das investigações (n = 2.049) com disputa de guarda/visita registrada. A Tabela 11 mostra o envolvimento da polícia em investigações de maus-tratos a crianças, examinando especificamente investigações em que o abuso físico foi a única

forma de maus-tratos investigada e comprovada, e o agressor era um cuidador. Em 71% dessas investigações (n = 5.591), não houve envolvimento da polícia. Dezoito por cento dessas investigações indicaram apenas uma investigação policial, 4% indicaram que acusações estavam sendo consideradas e 7% indicaram que acusações foram apresentadas.

#### Limitações

O CIS coleta informações diretamente de assistentes sociais no momento em que concluem a investigação inicial de uma denúncia de possível abuso ou negligência infantil, ou risco de maus-tratos futuros. Portanto, o escopo do estudo limita-se ao tipo de informação disponível para eles naquele momento. O estudo baseia-se nas avaliações fornecidas pelos assistentes sociais que investigam a situação e não pôde ser verificado de forma independente. O CIS não inclui

informações sobre maus-tratos não denunciados nem sobre casos que foram investigados apenas pela polícia. Além disso, denúncias feitas às autoridades de assistência social, mas que foram descartadas (não abertas para investigação), não foram incluídas. Da mesma forma, denúncias sobre casos atualmente em aberto no momento da seleção dos casos não foram incluídas. O estudo não rastreou eventos de serviço de longo prazo que ocorreram além da investigação inicial.

### Referências

Corwin, D., Berliner, L., Goodman, G., & Goodwin, J. (1987). *Child Sexual Abuse and Custody Disputes No Easy Answers*. *Journal of Interpersonal Violence*, 2(1), 91–105.

Coulborn, K. (1991). Possible explanations for child sexual abuse allegations in divorce. *American Journal of Orthopsychiatry*, 1(1), 86–91.

Elterman, M., & Ehrenberg, M. (1991). *Sexual abuse allegations in child custody disputes*. *International Journal of Law and Psychiatry*, 14, 269–266.

Faller, K., & DeVoe, E. (1995). *Allegations of Sexual Abuse in Divorce*. *Journal of Child Sexual Abuse*, 4(4), 1–

Três limitações ao método de estimativa usado para derivar estimativas anuais também devem ser observadas. A correção do tamanho da agência usa a população infantil como proxy para o tamanho da agência; isso não leva em conta as variações nas taxas de investigação per capita entre agências nos mesmos estratos. O peso da anualização corrige as flutuações sazonais no volume de investigações, mas não corrige as variações sazonais nos tipos de

Green, A. (1991). Factors contributing to false allegations of child sexual abuse in custody disputes. *Child & Youth Services*, 15(2), 177–189.

Theoennes, N., & Tjaden, P. (1990). The extent, nature, and validity of sexual abuse allegations in custody/visitation disputes. *Child Abuse and Neglect*, 14, 151–163.

Trocm., N., & Bala, N. (2005). False allegations of abuse and neglect when parents separate. *Child Abuse and Neglect*, 29, 1333–1345.

Trocm., N., Fallon, B., MacLaurin, B., Sinha, V., Black, T., Fast, E., et al. (2010a). Chapter 1: Introduction.

investigações conduzidas. Finalmente, o peso da anualização inclui casos que foram investigados mais de uma vez no ano como resultado da reabertura do caso após uma primeira investigação concluída no início do mesmo ano. Consequentemente, as estimativas anuais ponderadas representam as investigações relacionadas a maus-tratos infantis, em vez das crianças investigadas.

In PHAC (Eds.), *Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse, 2008: Major findings*. Ottawa: Public Health Agency of Canada.

Trocm., N., Fallon, B., MacLaurin, B., Sinha, V., Black, T., Fast, E., et al. (2010b). Chapter 2: Methodology. In PHAC (Eds.), *Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse, 2008: Major findings*. Ottawa: Public Health Agency of Canada.

Wakefield, H., & Underwager, R. (1990). Personality characteristics of parents making false accusations of sexual abuse in custody disputes. *Issues in Child Abuse Accusations*, 2(3), 1